



CLIMA EXTREMO

Estados e Palácio do Planalto convergem sobre pena mais dura para quem der início a queimada irregular, pois consideram irrisórias multas impostas àquele que é indiciado. Proposta, porém, enfrenta resistência dos presidentes do Senado e da Câmara

Governadores: punição maior ao fogo criminoso

» VICTOR CORREIA

Apesar de divergências entre os governadores e o Palácio do Planalto no combate às queimadas que vêm varrendo o território nacional, a reunião de ontem trouxe uma unanimidade: apoio a penas mais duras para quem inicia incêndios criminosos. Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que conduziu o encontro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública está finalizando uma minuta com mudanças na legislação, que deve ser enviada para a apreciação do governo federal ainda hoje.

A reunião no Palácio contou com nove governadores e dois vices das regiões do Pantanal, da Amazônia Legal e do Cerrado. Todos os representantes estaduais reclamaram que os presos por queimadas ilegais foram liberados pagando multas pequenas — como R\$ 100 ou R\$ 300 — e ficaram livres para dar início a outros incêndios. Também foi unânime a avaliação de que as chamadas são fruto de ações coordenadas — o que está alinhado com as investigações do governo federal.

O ministro Ricardo Lewandowski (Justiça) informou que está enviando para a Casa Civil, até amanhã (hoje), um conjunto de medidas para mudar a legislação, inclusive do aspecto das punições relativas aos incêndios federais, tornando mais severas as punições. Mas foi uma reclamação unânime e que é importante a gente destacar”, explicou Rui Costa depois do encontro, ao lado da ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), do ministro Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e dos governadores Eduardo Riedel (MS) e Antônio Denarium (RO).

Colaboração

O governo federal também fez um apelo para que as polícias civis colaborem com a investigação da Polícia Federal (PF) sobre os incêndios criminosos. Segundo relatos dos governadores, as chamadas atingem, inclusive, áreas produtivas, e podem estar ligadas a táticas para reduzir o valor das terras. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, relatou no encontro que um dos presos por incêndios no DF confessou ter sido contratado por um grupo ligado à grilagem de terras.

Segundo Marina Silva, são

Valter Campanato/Agência Brasil



Na reunião com os governadores, ministros pediram que encaminhassem ao Palácio do Planalto planos para o combate às queimadas



A crise é grave. Está fazendo mal à saúde, à nossa economia, aos interesses estratégicos do Brasil no exterior e está destruindo o meio ambiente”

Ministra Marina Silva,
do Meio Ambiente e Mudança do Clima



É importante agravar a punição para aqueles que cometem incêndios criminosos. Produtores precisam pedir autorização para queima controlada”

Antônio Denarium,
governador de Roraima

muitas as indicações de que grupos criminosos aproveitaram a estiagem histórica que o país enfrenta para aumentar a proporção dos incêndios. “A crise é grave. É um enfrentamento muito difícil. As ações estão sendo constantemente ajustadas, e o que nós queremos é atuar de forma integrada. Está fazendo mal à saúde, à nossa economia, aos interesses estratégicos do Brasil no exterior e está destruindo o meio ambiente”, destacou.

Apesar de governadores e Palácio do Planalto estarem afinados sobre a questão, há dúvidas a respeito da disposição do Congresso para aprovar penas mais duras para quem começa focos ilegais de fogo. No encontro entre os Três Poderes, na terça-feira, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediram cautela em relação à proposta. Para o senador, o problema não é legislativo. Para

deputado, as mudanças têm que ser “muito explicadas” para evitar conflitos ideológicos.

Os governadores também destacaram o caráter criminoso dos incêndios em seus estados. Ao chegar para o encontro, Denarium defendeu penas mais severas.

“É importante agravar a punição para aqueles que cometem esses incêndios criminosos, e os produtores rurais precisam pedir autorização para queima controlada com os órgãos competentes”, frisou.

Já Mauro Mendes defendeu que tem combatido as ações criminosas “violentamente” em seu estado. afirmou, ainda, que as chamadas estão trazendo prejuízos para os produtores rurais.

“Nenhum incêndio começou naturalmente”, disse.

Caiaido relatou que tentou aprovar uma lei estadual para manter presos, até outubro, os suspeitos de iniciar incêndios. A medida, porém, foi derrubada pela Justiça goiana por ser considerada inconstitucional. Para o governador goiano, incêndios criminosos devem ser inafiançáveis. Ele calculou que as queimadas deixaram prejuízo de R\$ 1,5 bilhão apenas em Goiás.

» Susto e pouso de emergência

O governador Helder Barbalho, do Pará, teve que fazer um pouso de emergência, na noite de quarta-feira, por causa da fumaça das queimadas no estado. O voo saiu de Lituia, a leste de Belém, em direção a São Caetano de Odivelas, mas precisou aterrissar em Santa Maria do Pará. Nas redes sociais, ele falou sobre o ocorrido e pediu desculpas aos moradores de Odivelas por não participar da inauguração da nova orla da cidade. Em 31 de agosto, Barbalho teve que fazer outro pouso de emergência. Na última terça-feira, o governador decretou situação de emergência no Pará, em razão da estiagem e dos incêndios. São quase 1,5 mil focos em áreas florestais.

Sem decisões concretas

O endurecimento da pena para quem deflagra um incêndio criminoso não foi apenas o único ponto de convergência entre os governos federal e estaduais, mas, também, a única proposta concreta contra a onda de queimadas. Foram debatidas a possível reformulação da Defesa Civil e dos Bombeiros, que teriam estruturas regionais, e não estaduais, para atuar, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, pediu que os governadores enviem planos de trabalho para que sejam avaliados.

Ele garantiu, ainda, que haverá novas liberações de recursos, como o da medida provisória (MP), que destinou R\$ 544 milhões para os estados e que ficarão de fora do arcabouço fiscal. Na semana que vem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também vai liberar mais R\$ 400 milhões para financiar os bombeiros de estados da Amazônia Legal.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, criticou o governo federal depois do encontro. afirmou que os R\$ 13 milhões destinados ao seu estado, até agora, são insuficientes, e que sua gestão controlou sozinha as chamadas.

“O governo federal não estava preparado. Desde quando Brasília vai saber resolver um problema do Nordeste, de Goiás? Precisamos parar com essa bobagem. Brasília não sabe governar o país. Não deu conta de resolver no Rio Grande do Sul, não vai dar conta de resolver as queimadas”, atacou.

Ele ainda criticou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava no Maranhão para a assinatura de um termo de conciliação com as comunidades quilombolas do município de Alcântara — que encerra uma disputa de 40 anos pela área no entorno do Centro de Lançamento de Alcântara, da Força Aérea Brasileira.

“Se a visão dele é que isso (a reunião sobre as queimadas) não tem essa relevância, não cabe a mim discutir. No nosso estado, estou fazendo, não me omito de nenhum problema”, fugiu.

Já o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, considerou a reunião “bem-vinda”. Mas avalia que os resultados práticos da ação federal contra o fogo só virá em 2025, uma vez que o período das chuvas deve começar em poucos dias em seu estado. (VC)

Dino quer estudo sobre expropriação

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, pediu a realização de estudos sobre a possibilidade de expropriação de terras ou aplicações de restrições a propriedades em que sejam identificados desmatamentos ilegais via incêndios intencionais. O magistrado determinou que o governo federal, partidos políticos, instituições da sociedade civil e a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestem sobre o tema.

As partes e órgãos também deverão se pronunciar sobre possíveis travas a programas de regularização fundiária em áreas de incêndios dolosos. O prazo para as manifestações serem remetidas ao STF é de 15 dias.

Dino quer uma avaliação sobre uma eventual aplicação, aos casos de desmatamento ilegal, do artigo 243 da Constituição Federal, que

dispõe: “As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (Redação da EC 81/2014)”.

A medida faz parte do pacote que Dino sugeriu, ontem, após mais uma audiência de conciliação sobre emergências climáticas. No último encontro, o ministro ordenou a convocação imediata de bombeiros militares das unidades da Federação não atingidas por queimadas para reforçar a Força Nacional no combate aos incêndios que fazem arder

grandes áreas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

No despacho assinado ontem, ele escalou um mutirão de tribunais que detêm competência sobre a Amazônia Legal e o Pantanal, para que fiscalizem inquéritos e processos que tratam de crimes ambientais.

O ministro deu 30 dias para que o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prestem informações sobre projetos emergenciais pendentes de análise e o cronograma do Fundo Amazônia. Dino ainda quer um levantamento sobre o número e os valores dos autos de infração ambientais aplicados em 2023 e 2024.

Também foi determinada a fiscalização do Ibama e de estados nos municípios que concentram 85% dos focos de extremo calor

que transformam em cinzas grandes glebas. As unidades da Federação terão de apresentar um diagnóstico para as razões de concentração dessas ocorrências em apenas 20 municípios.

Na última audiência sobre as emergências climáticas, ficou acertado que o ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Observatório do Meio Ambiente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vai coordenar a elaboração de propostas de mudanças na lei sobre as penas impostas a responsáveis por incêndios florestais. As propostas serão levadas ao Congresso, mas o ministro propôs a criação de um Sistema Único de Proteção Ambiental.

» Leia mais nas páginas 6, 13 e 14

Gustavo Moreno/SCO/STF



Para ministro, incêndio intencional pode levar à perda da terra